

ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Nei Ascari - Julio Ronconi - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio  
Aldo Schneider  
Mário Marcondes  
Leonel Pavan  
Valmir Comin

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Dá conhecimento ao Plenário do Ato da Presidência nº 049 - DL, de 2015, que concede licença ao sr. deputado Patrício Destro, pelo período de 60 dias, a contar de 5 de outubro do corrente ano, para tratar de interesses particulares, oportunidade em que deu ciência acerca do Ato da Mesa nº 047 - DL, de 2015, que convoca o primeiro suplente da coligação PSB, PPS, PTC, PHS, PSL, PTdoB, PTN, SD, para ocupar cadeira de deputado neste Poder.

Realizado o registro, o sr. presidente convida o cidadão Julio Cesar Ronconi, primeiro suplente da coligação, para ocupar cadeira de deputado

neste Poder e a prestar o compromisso regimental em Plenário, em decorrência do afastamento do Sr. deputado Patrício Destro.

Comparece à tribuna o sr. Julio Cesar Ronconi e presta o seguinte juramento:

"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO PELO POVO CATARINENSE."

Ato contínuo, o sr. presidente convida o sr. deputado, já empossado, Julio Cesar Ronconi, para a assinatura do Termo de Posse e, na sequência, fazer uso da palavra.

DEPUTADO JULIO RONCONI (Orador) - Agradece a Deus, primeiramente, e a todos que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso no intento de ocupar cadeira de deputado no Parlamento Catarinense, evidenciando que trabalhará em prol do bem comum, com a apresentação de projetos que tragam recursos e soluções para o crescimento de todo planalto norte do estado. Explica que dará prioridade, em seu curto mandato, à fiscalização do Poder Executivo, porque acredita que a verdadeira Justiça acontece quando a lei é observada e cumprida.

\*\*\*\*\*

### **Breves Comunicações**

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Manifesta-se a respeito da greve dos bancários deflagrada no país, ressaltando as principais reivindicações da Fenaban. Saliencia os enormes lucros dos bancos e apela para que os deputados aprovelem uma moção de solidariedade à categoria.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Pedes permissão para subscrever a moção e reconhece a precariedade da situação dos bancários no Brasil.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Saliencia a importância de representar o povo num mandato

eletivo. Observa que o êxito do atual governo se deve também à aprovação de projetos pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que vêm ao encontro dos interesses da população.

Informa que o Tribunal de Contas da União apresentou parecer contrário às contas do governo federal, no ano de 2014, por estarem em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e apesar de a Advocacia-Geral da União tentar impedir a votação, o Tribunal de Contas da União manteve a data, evidenciando a independência dos Poderes.

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Presta contas de viagem, como presidente do Bloco Brasileiro da UPM - União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul -, no I Seminário de Cidades Conurbadas de Fronteiras do Mercosul, promovido pela Câmara de Vereadores de Santana do Livramento, para tratar de questões do dia a dia do cidadão. O evento culminou com a elaboração da Carta de Livramento, que dentre outros temas, visa à criação de uma legislação específica que regule a questão dos resíduos sólidos. Por fim, fala das propostas de mudança na Constituição Federal, referindo-se ao Pacto Federativo.

Deputado Fernando Coruja (Aparteante) - Elogia a atuação do deputado e o relevante trabalho prestado à população, sempre priorizando os interesses do Legislativo Catarinense e em busca de soluções conjuntas com outras assembleias do Brasil.

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Manifesta indignação em relação ao fechamento de algumas escolas, ação da secretaria de estado da Educação, e quanto ao processo de municipalização do ensino fundamental da rede estadual de ensino,

que provocou um aumento de demanda à rede pública e à rede privada.

Enfatiza o seu descontentamento em relação ao fato de nenhum representante da referida secretaria receber um parlamentar para tentar solucionar a situação, afirmando que pretende, em breve, dar respostas à sociedade.

Partido: PP

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Orador) - Faz referência às greves dos servidores públicos, que têm assolado o país, principalmente do INSS, que durou 90 dias e trouxe grande prejuízo aos beneficiários daquela instituição, informando que está colocando à apreciação do Parlamento Catarinense a Moção n. 0134/2015, com vistas à regulamentação do direito de greve dos serviços essenciais e conseqüente coibição de abusos.

Declara-se surpreso com a omissão do governo federal em relação à greve do INSS, denotando certo oportunismo, e enfatiza que o setor público não pode receber o mesmo tratamento do setor privado, já que as interrupções podem acarretar graves conseqüências à população.

Partido: PMDB

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Orador) - Destaca a organização do PMDB, juntamente com todos os seus filiados, na eleição da nova Executiva Estadual. Parabeniza o deputado Valdir Cobalchini, que contribuiu muito para que o deputado federal Mauro Mariani pudesse exercer a Presidência do Diretório Estadual do PMDB de Santa Catarina. Lembra o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, que sempre priorizou a unidade, a compreensão e o trabalho dentro do partido.

Manifestou repúdio quanto à barganha dos cargos fatiados pela presidente Dilma Rousseff.

Deputado Antônio Aguiar (Aparteante) - Ratifica as palavras do deputado Aldo Schneider e parabeniza o deputado Valdir Cobalchini pela atitude em prol da unidade do partido.

DEPUTADO VALMIR COMIN (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

### **Ordem do Dia**

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0166/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que altera a Lei n. 14.123, de 2007, que denomina Almir José Kalbusch a SC-422, que liga Rio Negrinho ao Distrito de Volta Grande.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0283/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que dispõe sobre a inclusão dos portadores da Síndrome de Recklinghausen (neurofibromatose) no rol das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Ao projeto foram apresentadas emenda substitutiva global e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0040/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer, com sede no município de Gravatal.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0196/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Associação Hospitalar Witmarsum (AHWI), com sede no município de Witmarsum.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de lei n. 0312/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade

pública o Grupo de Mães Uma Outra Estação (GRUMUOES), de Imbituba.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0035/2015, de autoria do deputado Valmir Comin, que dispõe sobre o compartilhamento de imagens e sistemas de imagens pelos órgãos da Administração Pública direta e indireta e fundacional do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0163/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que altera dispositivo da Lei n. 15.736, de 2012, que dispõe, define e disciplina a piscicultura de águas continentais no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Pesca e Aquicultura, Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo o quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0291/2015, de autoria do deputado Patrício Destro, que institui a Semana Estadual e o Dia Estadual da Pedalada Ecológica, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0013/2014, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a movimentação funcional por remoção de servidores no Poder Judiciário.

Ao projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os sr. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO JULIO RONCONI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados

Temos 23 votos "sim".

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Moção n. 0134/2015, de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser enviada ao presidente do Senado federal, presidente da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando preocupação e apelando pela edição da lei específica para regulamentar o direito de greve no Serviço Público, fundada nos Princípios Basilares da Administração Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, o eminente deputado Sílvio Dreveck fez um pronunciamento hoje sobre o assunto. E ele faz uma moção encaminhada ao presidente do Senado, ao presidente da Câmara e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Mauro de Nadal, apelando para que se edite uma lei específica para regulamentar o direito de greve, que nunca foi regulamentado no país, embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido, através de um chamado Mandado de Injunção, que enquanto não houver essa regulamentação vai prevalecer a lei que disciplina a greve no serviço privado.

Então há uma regulamentação e o Supremo Tribunal Federal tem, inclusive, outras deliberações.

Queria provocar o deputado Silvio Dreveck para uma situação. Não está muito claro para este deputado essa questão, até fiz uma breve pesquisa a esse respeito disso, e vi que alguns estados propuseram a regulamentação em nível estadual, a exemplo do Amapá, que será o primeiro estado que irá fazer essa regulamentação.

Então, gostaria de esclarecer se o deputado Silvio Dreveck sabe se há a possibilidade e, em

havendo, se ele está disposto a propor neste estado uma lei específica estadual para regulamentar o direito de greve em Santa Catarina. Ele tem levantado com frequência essa questão e é preciso discuti-la, pois é difícil e complexa.

Muitos projetos já foram apresentados, mas os servidores reagem contra o assunto, acham que irão perder direitos. Por exemplo, no Judiciário, há a Lei Orgânica da Magistratura antiga e teria que haver outra lei em nível nacional, mas não propõem porque sabem que se o fizerem poderão ter seus direitos diminuídos. E o mesmo acontece com os demais servidores.

Assim, insto o deputado Silvio Dreveck para que elabore uma proposta, presente em Santa Catarina para discutirmos aqui e depois levarmos ao Congresso Nacional.

Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Gostaria de dizer que o deputado Fernando Coruja, que é um homem estudioso, conhece a Carta Magna Brasileira e a Constituição Estadual como talvez poucos deputados conheçam. Ao mesmo tempo, quando se trata de uma emenda ou uma lei específica na Constituição Federal, os deputados de Santa Catarina não podem legislar sobre o assunto antes que o Congresso se manifeste, faça uma alteração ou proponha essa lei específica para a regulamentação do direito de greve.

Então, o estado de Santa Catarina não poderá tomar qualquer iniciativa enquanto o Congresso Nacional não se pronunciar e fizer a lei regulamentando o direito de greve.

Deputado Julio Ronconi - Pedimos a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Julio Ronconi.

DEPUTADO JULIO RONCONI - Fui por dez anos presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e gostaria de dizer que existe a

Convenção n. 151, da Organização Internacional do Trabalho, a qual só falta a regulamentação em nível federal. No entanto, um estudo feito pelo Diap, em Brasília, recomenda que as próprias Assembleias Legislativas estaduais possam fazer a regulamentação do direito de greve pelos estados.

Então, coloco-me à disposição do deputado Silvio Dreveck para que possamos trabalhar juntos nessa questão e regulamentar o direito de greve dos servidores públicos, que é fundamental, não apenas para os municípios, mas para os estados e a União. Se começarmos por aqui, sr. presidente, tenho certeza de que vamos dar um grande passo.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0135/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara, e ao coordenador do Fórum Parlamentar no Congresso, apelando pela rejeição ou retirada de pauta do Senado do Projeto de Lei n. 0555/2015, que dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e sobre seu estatuto jurídico.

Em discussão.

Deputado Dirceu Dresch - Pedimos a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra o deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, encontra-se no Senado o Projeto de Lei n. 0555/2015, que dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica no âmbito da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios, e sobre seu estatuto jurídico, resultante da convergência de vários outros projetos.

O referido projeto de lei em regime de urgência de votação prevê a obrigatoriedade da extinção das ações preferenciais das empresas

públicas ou de economia mista dentro de um prazo de dez anos.

A extinção dessas ações, sr. presidente, será oportunizada pelo programa conhecido como Novo Mercado. E se o projeto prosperar, essa extinção vai provocar a privatização das centrais elétricas de Santa Catarina, a Celesc. O impacto dessa norma, caso aprovado, poderá também atingir outras empresas o que obrigará a União e os estados a adquirir uma quantidade considerável dessas ações, objetivando manter o controle sobre essas empresas, fato que poderá ocasionar mais privatização.

Somente a Celesc, para manter as ações prioritárias e a gestão pública, deveria, deputado Fernando Coruja, investir R\$ 2 bilhões para comprar ações por parte do estado para, justamente, não perder o controle acionário dessa empresa.

O projeto proíbe a participação de membros dos sindicatos que, atualmente, representam os trabalhadores nos conselhos de administração, criando obstáculos na participação dos trabalhadores nos cargos de direção de estatais.

A moção, então, solicita ao presidente da Câmara e do Senado e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense ao Congresso Nacional os seguintes termos.

(Passa a ler.)

"A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Dirceu Dresch, manifesta preocupação e apela a v. exa. pela rejeição ou retirada de pauta do Senado do Projeto de Lei n. 0555/2015, que dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e sobre seu estatuto jurídico. Essa providência irá resguardar as Centrais Elétricas de Santa Catarina, a Celesc, da categoria de empresa pública e a garantia de participação dos trabalhadores nos moldes atuais."

Essa moção, sr. presidente, refere-se ao Projeto de Lei do Senado n. 0555, que está

tramitando em urgência no Senado Federal, deputado Antônio Aguiar. Por isso, estamos propondo a retirada desse projeto. Existem até pontos positivos no projeto que poderiam ser discutidos, o problema é, justamente, essa mudança de extinguir a forma acionária, hoje, que gerencia a legislação atual, que garante esse direito das ações prioritárias aos estados, como é caso da Celesc.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, o deputado Dirceu Dresch traz um assunto muito importante para debatermos aqui sobre um projeto de lei apresentado no Senado e que disciplina as sociedades de economia mista e empresas públicas. O quanto mais importante realmente que me parece colocado. Vejam bem, eu não conheço o projeto, mas eu vi hoje na comissão de Trabalho o presidente do Sindicato dos Eletricitários falar e o deputado Dirceu Dresch falar. Eles apontam um problema: as chamadas ações preferenciais, que não dão direito a voto, vão ser transformadas, no prazo de dez anos, em ações ordinárias, que passam dar direito a voto. Então, por exemplo, a Celesc, da qual hoje Santa Catarina tem mais de 50% das ações ordinárias. Portanto, possui o controle da empresa. Se as preferenciais transformarem-se em ordinárias, vejam bem! Serão extintas ao longo de dez anos e as ações passarão a ser ordinárias, com direito a voto. Então, aqueles acionistas minoritários, privados, que não tem hoje o controle, passarão a ter controle. Qual é a preocupação do deputado Dirceu Dresch? Qual é a preocupação dos eletricitários? Qual é a preocupação que eu passo a ter e que temos que discutir?

É que seja uma forma de privatização indireta. Ou seja, você vai entregar as empresas estatais para aqueles que já possuem as ações preferenciais. Vamos ver a questão ideológica sobre a discussão se devemos ou não privatizar. Essa é uma questão. A segunda questão é a maneira de privatizar. Parece-me que mesmo sendo a favor da privatização, nessa maneira de privatizar, em que as preferenciais simplesmente transformam-se em ordinárias, é como entregar esse capital para determinados setores especuladores e, talvez, não seja a maneira adequada.

É claro que o projeto está colocado, terá um debate amplo, mas é um assunto importante que o deputado Dirceu Dresch traz, levou na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, sobre o qual temos que nos debruçar para ver se, de repente, não vamos fazer uma ação muito ruim para o patrimônio público brasileiro e para as estatais, independentemente da questão de sermos ou não favoráveis à privatização, que é uma questão ideológica.

Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Deputado Aldo Schneider, não somente eu, mas certamente outros deputados, recebemos dirigentes sindicais e representantes dos servidores da Celesc, e telefonemas de diretores da empresa. Eu sou favorável à moção do deputado Dirceu Dresch como trata no seu conteúdo: pela rejeição ou retirada de pauta.

Por quê? Porque o deputado Fernando Coruja explicou muito bem. Isso é um absurdo. Eu sou ideologicamente favorável ao processo de privatização, ou seja, a ideia de que o estado possa atuar nas atividades essenciais, mas a Celesc é uma empresa eminentemente catarinense, aqui no sul do Brasil as coisas funcionam bem, a empresa presta um bom serviço e não é justo o que

o projeto vai estabelecer, como explicou o deputado Fernando Coruja.

Portanto, queremos dar mais esse crédito aos servidores da Celesc, aos diretores, e a esta empresa que é um orgulho para Santa Catarina. Portanto, está de parabéns o deputado Dirceu Dresch e eu voto favorável a sua moção.

Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, hoje ao meio-dia, em uma confraternização com a bancada do PSDB, porque hoje comemoramos um ano da nossa vitória, de todos nós, o nosso líder, deputado Serafim Venzon, colocou-nos essa questão de que poderia acontecer, de repente, essa tomada de patrimônio público em função dessa lei. E nós decidimos não tomar uma posição isolada, mas uma posição conjunta de reunir as lideranças.

Felizmente, aqui está sendo feito um apelo pela Assembleia Legislativa e nós, independentemente de quem é o autor da lei ou não, temos que olhar que Santa Catarina não pode ser nivelado com outras regiões do Brasil, algumas podem ter os seus devidos problemas e as necessidades, mas o nosso estado não pode ser penalizado em função dessa lei que está tramitando no Senado Federal.

No entanto, nós, catarinenses, que temos a Celesc como um patrimônio público, que serve a toda nossa sociedade, não podemos, em hipótese alguma, deixar de nos manifestar porque poderemos correr risco de sermos duramente penalizados. Acho que esse apelo que está sendo feito, deveria ou deve, ser aceito pelo Senado para que Santa Catarina possa continuar defendendo aquilo que nos pertence e que presta um grande serviço à sociedade catarinense.

Essas minhas palavras podem servir também em nome de todos os demais parlamentares do PSDB.

Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença de funcionários da Celesc e dos alunos da 10ª fase do curso de Direito, da Furb, de Blumenau, com a coordenação da professora Gisele e do professor Paulo, que se fazem presentes.

Quero dizer que somos favoráveis a essa moção redigida pelo deputado Dirceu Dresch, e tenho certeza de que todos os parlamentares desta Casa vão também seguir esta orientação porque pelas falas aqui emitidas, todos somos contrários que as nossas empresas públicas sejam privatizadas.

Muito obrigada.

Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós, da bancada do PMDB, também somos favoráveis à moção apresentada pelo nosso emitente deputado Dirceu Dresch, e queremos que ela seja rejeitada ou retirada da pauta no Senado.

Parabéns pela apresentação, deputado Dirceu Dresch.

Gostaria também de saudar o deputado Júlio Ronconi, de Rio Negrinho, do planalto norte. Parabéns pela sua posse hoje! Seja bem-vindo à Assembleia Legislativa, estamos à disposição!

Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria anunciar a presença nesta Casa do professor de Direito da FURB, Paulo Schmitt, que também irá visitar o Tribunal de Justiça, o Fórum, enfim, diversas instituições de Santa Catarina, juntamente com os seus alunos da 10ª fase do curso de Direito.

Deputado Dr. Vicente Caropreso - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso.

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, só para lembrar neste Parlamento que o Brasil este ano contabilizou 693 mortes por dengue, bateu recorde! Graças a Deus Santa Catarina ainda não registrou nenhum óbito.

Deputada Ana Paula Lima - Registrou, sim, este ano em Blumenau.

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Este ano, infelizmente. Então, vamos torcer para que a Vigilância Epidemiológica possa estar atenta para que não aconteça como recentemente em Itajaí, batendo todo e qualquer recorde no estado, contabilizando uma epidemia jamais imaginada na região sul.

Então, para constatar que este Parlamento está atento a essa situação, ainda mais a nossa comissão de Saúde.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Obrigado, eminente deputado Dr. Vicente Caropreso.

Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, estamos ainda em processo de votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Sim. Não havendo mais quem a queira discutir.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a Moção 0135/2015.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu tenho um requerimento verbal para colocar depois, sr. presidente, pode ser?

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - No final da votação v.exa. faz a sua manifestação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Ainda dentro da Ordem do Dia?

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Sim.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada!

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Moção n. 0136/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada aos srs. Aiton Dornelles Silveira e Gilmar Cardoso da ANTT, no município de Itapema, solicitando a construção de uma passarela ano Km 74 da BR-101, no município de Araquari.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0137/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao secretário da Agricultura e aos presidentes da Cidasc e da Epagri, apelando pela imediata retomada das negociações, visando atender às reivindicações dos trabalhadores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0138/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República e ao ministro da Saúde, apelando pela elaboração de estudos e adoção das providências cabíveis a fim de realizar o teste de triagem neonatal na modalidade ampliada Espectroma de Massa em Tandem (EIM) no âmbito do SUS.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0139/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, a ser enviada ao presidente do Círculo Ítalo-Brasileiro de Santa Catarina, manifestando aplauso pelos 30 anos de fundação dessa instituição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0140/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, a ser enviada ao presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, pastor Marlon Jonas Radons, à pastora Rosangela C. Senner Radons e ao presbítero Nilton Behling, do município de Jaraguá do Sul, manifestando congratulações pelos 60 anos de construção de seu templo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação da admissibilidade da Medida Provisória n. 0204/2015, de origem governamental, que autoriza o repasse de recursos financeiros pelo Poder Executivo à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A (Badesc), para atendimento emergencial de atividades empresariais em municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em julho de 2015, e estabelece outras providências.

Esta medida provisória já passou pela análise da comissão de Constituição e Justiça e foi admitida a sua admissibilidade às folhas 29.

Então, é uma medida provisória que autoriza o governo do estado, através do Badesc, a atender os municípios atingidos pela catástrofe de junho.

Em discussão.

(Pausa)

Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Essa medida provisória, sr. presidente, é fruto de várias reuniões que realizamos com prefeitos dos municípios atingidos e com representantes da sociedade empresarial desses municípios. O deputado Dirceu Dresch também participou de várias dessas reuniões, estivemos aqui conversando com o governador Raimundo Colombo, e na oportunidade que o governador esteve na região, visitando os municípios, logo após o acontecido, assumiu um compromisso de o estado ser o auxiliador nesse momento de dificuldades para tentarmos encontrar algumas alternativas.

E aí estamos encontrando o respaldo do governo federal para com os atingidos, mas o governo catarinense constrói o Badesc Juro Zero com a possibilidade de permitir com que essas empresas possam se restabelecer no mercado, reiniciando as suas atividades.

Então, este é o propósito principal desta medida provisória, porém, em seu texto ela exclui os municípios que não conseguiram alcançar todos os requisitos para que fosse reconhecida a calamidade pública. A cidade de Maravilha é um caso específico, a cheia, a enxurrada acabou pegando só o centro da cidade e vários comércios foram atingidos.

Então, agora, após a nossa admissibilidade aqui em Plenário, o governo vai mandar para cá um substitutivo global para poder contemplar, também, aqueles municípios que foram atingidos.

Então, existe já este encaminhamento, este acordo do governo do estado, que já trabalha neste sentido para viabilizarmos também o atendimento desses municípios que não foram contemplados.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Agradeço a manifestação do eminente deputado Mauro de Nadal, que foi esclarecedora, até porque é um dos nossos colegas que representa a região.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Peço a palavra, pela ordem.

O DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, o sr. deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Em primeiro lugar, sr. presidente, quero agradecer a votação de antes, o apoio dos deputados à nossa moção que diz respeito às empresas públicas do nosso país, contra o PLS n. 555, que está tramitando no Congresso Nacional.

Cumprimento também todos os dirigentes sindicais que estão aqui, nessa esta luta pesada que vêm fazendo durante décadas, sobre a questão da não privatização das nossas empresas públicas. Então, cumprimento a todos.

Sobre a medida provisória, sr. presidente, eu concordo que precisa ampliar para os demais municípios, um município importante como Maravilha, que perdeu bastante também, embora não tenha calamidade pública decretada ou reconhecida, tem estado de emergência. Então, entendo fundamental também apoiar aqueles empresários que perderam naquele município, além de outros.

Quero dizer também que estou bastante preocupado, sr. presidente, com as condições de acesso dos nossos empresários a esses recursos, pois as exigências são muito duras. Inclusive, queremos buscar informações sobre isso, quem sabe propor algumas mudanças nesta política do chamado BNDES Juro Zero.

Se as regras, de fato, são tão duras, com certeza vão dificultar o acesso de muita gente.

Então, por um lado é importante a medida provisória, foi uma conquista, brigamos muito por isso, inclusive aqui nesta tribuna, cobrando do estado a edição desta medida provisória, que vem em boa hora, mas nós também não podemos excluir os empresários de acesso a esses recursos.

Então, estaremos muito atentos, mas é importante que ela seja aprovada o mais rápido possível.

Muito obrigado!

Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quanto essa medida do Badesc, temos que reconhecer o esforço do governador Raimundo Colombo. Não é por acaso que é o governador melhor avaliado em nível de Brasil.

Ele esteve lá no município de Maravilha, estava presente o deputado Mauro de Nadal, toda a classe empresarial, há dificuldade em preenchimento desses requisitos, e o governado do estado, o governador Raimundo Colombo, foi sensível a esse pedido. Tivemos a interferência e a articulação do nosso líder, deputado Sílvio Dreveck, e temos que reconhecer então que o governo tem sido sensível. Como ele está trabalhando na previsão, nós temos para esta semana a possibilidade de uma precipitação de chuva, acima de 250 mm. A Defesa Civil já está trabalhando também nas questões que também não são previsíveis como era o próprio caso de Maravilha, onde houve uma enxurrada diferente, porque lá um riacho que corta a cidade e ninguém esperava aquela ação das chuvas, mas o governo foi sensível e adequou as exigências para que o município pudesse ser atendido.

Então, quero parabenizar todos os envolvidos pela iniciativa e reconhecer a participação do governo de Santa Catarina nessa ação, sr. presidente!

Deputado Julio Ronconi - Pela Ordem, sr. presidente.

Deputado Aldo Schneider (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Julio Ronconi.

DEPUTADO JULIO RONCONI - Sr. presidente, gostaria também parabenizar o governador por essa atitude e apenas lembrar todos os srs. deputados

que no ano passado também tivemos as cheias que assolaram vários municípios, inclusive Rio Negrinho foi um deles, e o prefeito de lá sempre reclama que não tem dinheiro e que os recursos foram passados.

Então, meu voto é totalmente favorável, mas acho que seria interessante que nós possamos fiscalizar se realmente esses recursos foram liberados ou não e o que os prefeitos fizeram com esse dinheiro, se realmente aplicaram onde deveriam ser aplicado, porque senão, acaba acontecendo de o governador realmente enviar os recursos, que acabam sendo aplicados em outras obras.

Então, além de fazermos essa benesse aos municípios, temos que fiscalizar para saber se esses recursos realmente chegaram e tiveram o destino correto.

Muito obrigado, sr. presidente!

Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

Deputado Aldo Schneider (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, gostaria de colocar a seguinte questão. O Badesc atende aos municípios há muito anos, sempre no socorro final é o Badesc que socorre os municípios. Cada governador que passou deixou a sua contribuição com os municípios, em caso de catástrofe, através do Badesc.

Quando o Luiz Henrique era governador - e eu não quero aqui ser advogado da época, porque não sou do PMDB, mas posso falar sobre o que eu tenho conhecimento - dentro daquilo que se permitia, usava os recursos do Badesc para socorrer os municípios, para construção, recuperação, e principalmente, às questões de catástrofes.

Quando fui governador também usamos o Badesc, inclusive retiramos os 30% dos municípios, mesmo em caso de catástrofes, e os municípios recebiam sem ter que dar a contrapartida.

Agora, o governador Raimundo Colombo amplia ainda mais. Ele retira os juros.

Então, tem que reconhecer o trabalho que Luiz Henrique fez, de uma forma, dentro do que ele podia; o trabalho que nós fizemos quando governador, que retiramos da contrapartida; e o trabalho que o Raimundo Colombo está fazendo, retirando os juros.

Acho que houve uma sucessão correta dos governos que se passaram nesses últimos tempos.

Deputado Cesar Valduga - Pela Ordem, sr. presidente.

Deputado Aldo Schneider (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Valduga.

DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, cumprimento v.exa. e gostaria de dizer, primeiramente, que o gesto que o governo do estado faz junto aos municípios, mostra realmente que o governo está presente lá no oeste, onde vivemos, nos últimos tempos, os fenômenos da natureza. E, sem dúvida nenhuma, esse benefício concedido, através da medida provisória, que permite até R\$ 250 mil, em 36 meses, para o financiamento das empresas que foram atingidas, no atendimento emergencial das atividades empresariais, vem em boa hora.

Então, sem dúvida nenhuma, acho que é pertinente que essa ação seja estendida aos demais municípios do oeste de Santa Catarina, que vivem essa calamidade. Por isso é necessário o apoio do governo do estado.

Mas, de antemão, acho que Coronel Freitas foi uma cidade bastante prejudicada, acredito que 30% da cidade ficou comprometida, como também Maravilha, e tivemos outros municípios da grande região do oeste, quase 60 municípios que também ficaram prejudicados.

Então, vejo que o governo do estado está fazendo todos os movimentos necessários para que ações efetivas sejam tomadas lá na nossa grande região do oeste de Santa Catarina.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a admissibilidade da Medida Provisória n. 0204/2015.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

(Passa a ler.)

Requerimento n. 0996/2015.

"A deputada que este subscreve, com amparo no regimento Interno, requer seja encaminhado ao secretário de Segurança Pública e ao delegado-geral da Polícia Civil, a seguinte mensagem:

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovando proposição da deputada Ana Paula Lima, solicita prioridade às investigações do sequestro relâmpago ao filho de nove anos do vereador Adriano Pereira da cidade de Blumenau. Solicita ainda medidas protetivas à família do referido vereador."

Em discussão.

(Pausa)

Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SHNEIDER (Presidente) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apenas para comentar que em Blumenau tem acontecido muito disso. E nessa segunda-feira essa criança, após sair de uma aula de futebol, foi sequestrada, próximo a sua casa e à escola. E fizeram uma série de indagações.

Então, a nossa solicitação ao secretário de Segurança Pública e ao delegado-geral da Polícia Civil é para que façam as investigações necessárias. Esse vereador mora no Bairro da Velha, na cidade de Blumenau, e peço que também dê as medidas protetivas à família dele e também naquela localidade, onde têm ocorrido grandes conflitos. E principalmente, que se dê sequência à investigação neste caso para saber a real situação, por que foi sequestrada essa criança.

DEPUTADO ALDO SHNEIDER (Presidente) - Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Essa presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0976/2015 e 0977/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0978/2015, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0979/2015 a 0984/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0985/2015 a 0987/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0988/2015 e 0989/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Esta presidência comunica que encaminhará ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 752, de autoria do deputado Mário Marcondes.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

### **Explicação Pessoal**

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Congratula-se com o governo estadual pela criação do Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina - CPESC -, que permitirá maior autonomia financeira aos hospitais administrados pelo estado. Manifesta preocupação com a possibilidade de chuvas fortes em Santa Catarina. Também parabeniza os professores e alunos da Univali pelos 25 anos do curso de Turismo e Hotelaria, lembrando que era prefeito quando da instalação da instituição em Balneário Camború.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Menciona o Dia Nacional das Micro e Pequenas Empresas, esclarecendo que a criação do Super Nacional, pelo governo federal, simplificou a cobrança de impostos, gerou uma política de justiça fiscal e reduziu tributos, apesar de o governo do estado não promover tantos incentivos, sugerindo a alteração da legislação estadual. Destaca a importância do aprimoramento e da modernização da legislação para que as empresas continuem crescendo.

DEPUTADO VALMIR COMIN (Presidente) - Não havendo oradores que queiram usar a palavra, a Presidência encerra a sessão e convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em Comemoração ao Sesquicentenário de José Boiteux.